

Um ^{Educação} falo milionário

ESTADO DE SÃO PAULO

04 OUT 1997

O governo Fernando Henrique começou a primavera com duas novidades, uma na educação e outra na economia. A primeira teve peso de uma promessa: "Não vai haver criança fora da escola." A segunda ganhou formato de decisão: "Havia dito que toda receita do programa de privatizações seria usada para pagar dívida pública. Estou abrindo uma exceção e será a única. Vou separar R\$ 500 milhões da receita da privatização da telefonia (banda B) para esse programa" — ele disse, semana passada, em discurso no rádio e na televisão.

A ousadia da promessa dá a medida da percepção política de FH, numa temporada em que a oposição anuncia disposição para usar problemas como a educação e o emprego como alavancas de comoção eleitoral, na disputa presidencial de 1998.

Já a ênfase na decisão do destino da dinheirama coletada na venda de ativos públicos sugere uma opção econômica preferencial: no presente, os credores financeiros do governo; no futuro, os credores sociais do Estado.

Como o futuro é prenhe de incertezas, medidas adicionais na educação tornam-se urgentes ao presente. Por exemplo: mudanças estruturais no sistema de ensino profissionalizante sustentada pelo Tesouro e operada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Os cofres públicos estão injetando indiretamente cerca de R\$ 400 milhões anuais nessa entidade, que completa 55 anos de existência. O dinheiro tem origem no recolhimento de 1% sobre cada real faturado pelas empresas industriais, de pesca e de serviços ferroviários. Nos Estados, os gastos são administrados pelas cúpulas das federações de indústrias. Metade do bolo vai para o Senai — São Paulo, onde a voz de comando é da presidência da Fiesp.

Essa rede de ensino e treinamento de jovens profissionais começou a ser projetada nos anos 30, quando empresários como Roberto Simonson e educadores como Roberto Mange moldavam as preocupações da elite paulista com a então incipiente industrialização do Brasil.

Semearam-se milhares de escolas, oficinas e laboratórios bem equipados em todas as regiões. Mas conservava-se o currículo tradicional, cuja

premissa é a oferta de mão-de-obra, independentemente das necessidades quantitativas e qualitativas do parque industrial a sua volta.

O Brasil de 1942 tinha urgência na formação maciça de eletricitistas, marceneiros-carpinteiros e torneiros-mecânicos, entre outros. O Senai de 1997 continua produzindo em massa esse tipo de profissionais, do Acre ao Rio Grande do Sul. E não há mercado para eles.

Uma experiência em curso no Senai-Bahia está realçando as evidências de graves distorções nessa rede de ensino. Dois anos atrás, a cúpula da federação das indústrias resolveu mudar o rumo da seção baiana do Senai, cujos gastos representam 5% do orçamento da rede nacional.

As escolas tinham capacidade para formação anual de 400 técnicos industriais em química e mecânica. Diplomavam cem. E, destes, só 20

eram absorvidos no mercado. Na sede, contavam-se 170 pessoas. Cada projeto de treinamento transitava em média dez meses pelos escaninhos, antes de sair do papel.

Optou-se por uma inversão de prioridades. O currículo passou a ser estabelecido pela real necessidade das empresas. E eliminou-se a burocracia, com a transferência das decisões para os gerentes de cursos, no chão das fábricas.

Mais de 90% dos matriculados (60 mil) passaram a ter treinamento específico, sob encomenda. No caixa já é vi-

sível a gradual substituição de receita: um quarto do orçamento deste ano (R\$ 20 milhões) tem origem em novos contratos. "Viramos uma agência de especialização de mão-de-obra industrial", diz José Mascarenhas, presidente da Fieb.

O êxito da reforma baiana indica, primeiro, que a real necessidade de mudanças no sistema educacional para o mercado de trabalho dos anos 90 ultrapassa todos os diagnósticos governamentais do último triênio. E, segundo, que é largo o espaço de manobra para o governo sobre desperdícios, dentro dos rígidos limites impostos para os gastos sociais, como insiste o presidente.

Com peculiar mordacidade, João Paulo II notou que os problemas sociais permanecem imóveis no calendário, como um desafio para governantes brasileiros. Boa parte dessa dívida social só depende de vontade política. Nem um centavo além.



■ José Casado é jornalista

**Mudanças no ensino
profissionalizante
sustentado pelo
Tesouro e operado
pelo Senai são
urgentes**